

PROVA - DIREITO

Dia: 13/06/2021

* Obrigatória

1. NOME COMPLETO *

2. CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF) - SEM PONTO E SEM HÍFEN *

3. JOÃO, trabalhador empregado da indústria siderúrgica AÇO FORTE S.A., morreu em decorrência de um grave acidente ocorrido no seu local de trabalho.

JOÃO não possuía cônjuge ou companheira(o), bem como não deixou nenhum filho.

PAULO, de 22 (vinte e dois) anos, portador de deficiência intelectual, é o único irmão de JOÃO. A mãe de PAULO se chama MARIA, a qual detêm a sua curatela, e também dependia economicamente de seu falecido filho JOÃO.

Antes de ocorrido o grave acidente, PAULO e MARIA foram inscritos por JOÃO na qualidade de seus dependentes, tanto no Instituto Nacional do Seguro Social como na ficha funcional na empresa em que trabalhava.

Considerando os fatos apresentados e o disposto no rol de dependentes da Lei n.º 8.213/91, assinale a afirmativa CORRETA:

*

(1 Ponto)

- Tanto MARIA quanto PAULO são simultaneamente titulares do direito de receber o benefício previdenciário de pensão por morte instituído em face do falecimento de JOÃO;
- Apenas MARIA terá direito à pensão por morte decorrente do falecimento de JOÃO;
- Apenas PAULO terá direito à pensão por morte decorrente do falecimento de JOÃO;
- A inscrição de PAULO como dependente de JOÃO está irregular, uma vez que apenas o irmão menor de 21 (vinte e um) anos pode ser inscrito na qualidade de dependente do segurado do RGPS.

4. Considere as seguintes situações hipotéticas:

1. JOSÉ, ribeirinho residente no arquipélago do marajó, sustenta sua família com a renda obtida na comercialização de açaí colhido em área próxima de sua residência, localizada em uma reserva extrativista. A colheita do fruto é realizada por JOSÉ e seus filhos, não havendo auxílio de terceiros ou contratação e empregados para tal operação.

2. O açaí coletado por JOSÉ e seus filhos é vendido para a empresa de MARCOS, ativo comerciante da região, o qual adquire toda produção dos apanhadores de açaí e realiza sua distribuição nas feiras livres da cidade de Belém/PA.

3. RAIMUNDO, um dos compradores do açaí de MARCOS, é conhecido feirante do mercado Ver-o-Peso, no qual vende diariamente a polpa do açaí, tendo como um dos seus principais clientes PAULO, ministro de confissão religiosa.

Considerando o disposto na Lei n.º 8.213/91 e a classificação dos segurados do Regime Geral de Previdência Social, assinale a afirmativa CORRETA:

*

(1 Ponto)

- Apenas RAIMUNDO e PAULO são segurados obrigatórios da Previdência Social, eis que realizam suas atividades na zona urbana;
- JOSÉ é segurado obrigatório da Previdência Social, na qualidade de contribuinte individual, uma vez que exerce por conta própria suas atividades na colheita do açaí, sem qualquer subordinação à MARCOS, comprador de sua produção;
- PAULO é considerado segurado facultativo da Previdência Social, em razão de exercer atividade em instituição religiosa sem fins lucrativos;
- MARCOS é considerado segurado obrigatório da Previdência Social inscrito na condição de contribuinte individual.

5. Uma das grandes mudanças promovidas pela Emenda Constitucional n.º 103/19 certamente foi a alteração do regime de cumulação de benefícios envolvendo cônjuges/companheiros no âmbito da Previdência Social.

A respeito do tema, é CORRETO afirmar:

*

(1 Ponto)

- Será admitida a acumulação de pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes de atividades militares (membros das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, DF e Territórios, além dos Militares das Forças Armadas).
- Será admitida a acumulação de pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes de atividades militares vinculadas às Forças Armadas, excluídos os membros das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, DF e Territórios.
- É vedada a acumulação de pensões decorrentes das atividades militares (membros das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, DF e Territórios, além dos Militares das Forças Armadas) com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social.
- Nas hipóteses das acumulações previstas na EC 103/19 é assegurada somente a percepção parcial de todos os benefícios, reduzidos proporcionalmente conforme faixas definidas no texto constitucional.

6. PEDRO é um pescador artesanal que tem na pesca o seu principal meio de vida e de sua família.

THIAGO é empregado de indústria siderúrgica AÇO FORTE S.A., sendo este seu primeiro emprego, com data de admissão registrada em 01/01/2020. THIAGO trabalha diariamente exposta a altas temperaturas, acima do limite vigente na legislação previdenciária para o enquadramento como tempo especial, de forma habitual e permanente, não ocasional nem intermitente.

JOÃO é motorista autônomo e exerce suas atividades no transporte de passageiros na cidade de Belém/PA. Também iniciou suas atividades em 01/01/2020, data em que realizou a sua inscrição na Previdência Social.

Considerando o disposto na Lei n.º 8.213/91 e as promovidas pela EC 103/19 no rol de aposentadorias voluntárias, é CORRETO afirmar:

*

(1 Ponto)

- PEDRO tem direito à aposentadoria por idade na condição de segurado especial, fazendo jus a esse benefício quando completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade.
- JOÃO, considerado segurado obrigatório da Previdência Social, poderá se aposentar voluntariamente aos 60 (sessenta) anos de idade, considerando que sua atividade de motorista é considerada especial.
- Considerando que a exposição ao agente nocivo calor garante a aposentadoria especial com exposição durante 25 (vinte e cinco) anos, THIAGO poderá se aposentar em tal modalidade quando preencher o tempo especial mínimo citado e completar 60 (sessenta) anos de idade.
- PEDRO e JOÃO tem direito à denominada aposentadoria especial, com idade e tempo reduzido, por exercerem atividades consideradas penosas.

7. JOÃO, empregado por 02 (dois) anos da montadora de veículos BELÉM S.A. foi demitido sem justa causa em razão de cortes promovidos pela empresa em face da grave crise econômica que acometeu o setor durante a pandemia da COVID-19.

JOÃO recebeu o seguro-desemprego e após o término do seu recebimento passou a procurar emprego sem sucesso, mesmo com inscrição no banco de dados do SINE e em sites especializados de vagas de emprego.

Em razão das dificuldades da família e por continuar desempregado, JOÃO não conseguiu pagar as contribuições devidas após sua demissão.

Por fim, 15 (quinze) meses após a sua demissão JOÃO é acometido de grave doença e vem a óbito, deixando esposa e filhos.

Considerando o disposto na lei 8.213/91, a manutenção da qualidade de segurado e as hipóteses de sua prorrogação, é CORRETO afirmar:

*

(1 Ponto)

- Os dependentes de JOÃO não terão direito ao benefício previdenciário de pensão por morte, considerando que na data do óbito ele já não apresentava qualidade de segurado, em face da interrupção das contribuições devidas após sua demissão sem justa causa.
- No caso concreto, considerando a demissão sem justa causa de JOÃO, manutenção da qualidade de segurado estaria garantida por até 24 (vinte e quatro) meses após a sua demissão da montadora de veículos BELÉM S.A.
- A manutenção da qualidade de segurado de JOÃO é garantida por até 12 (doze) meses após a sua demissão da montadora de veículos BELÉM S.A., considerando que o prazo de manutenção da qualidade de segurado é improrrogável.
- Caso JOÃO houvesse realizado o pagamento de 120 (cento e vinte) contribuições mensais sem interrupções que acarretassem na perda da qualidade de segurado ele estaria amparado pela Previdência Social por até 48 (quarenta e oito) meses após a sua demissão sem justa causa.

8. De acordo com a Lei nº 10.259/2001, compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, com algumas exceções.

NÃO são excluídas da competência do Juizado Especial Federal Cível as ações

*

(1 Ponto)

- de mandado de segurança.
- que versarem sobre bens imóveis da União.
- que versarem sobre direitos ou interesses difusos.
- para a anulação de lançamento fiscal.

9. Sobre Juizados Especiais Cíveis da Justiça Federal, é CORRETO afirmar: *

(1 Ponto)

- São regidos pela Lei no 10.259/2001 e a eles não se aplica a Lei no 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Estadual.
- Excluem-se da competência do Juizado Especial Cível da Justiça Federal as ações que tenham por objeto a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal.
- Compete ao Juizado Especial Cível da Justiça Federal processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor máximo de quarenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
- Autarquias e fundações federais podem ser parte no Juizado Especial Cível da Justiça Federal, como autoras, desde que a causa respeite o valor de alçada.

10. Marcos, com o objetivo de ceifar a vida de seu desafeto Mateus, efetuou disparos de arma de fogo contra ele. Mateus foi atingido pelos projéteis e faleceu.

Após os exames necessários, considere que se tenha apurado uma das seguintes hipóteses relativamente à causa da morte de Mateus.

I. Apesar dos disparos sofridos por Mateus, a causa determinante de sua morte foi intoxicação devido ao fato de ele ter ingerido veneno minutos antes de ter sido alvejado.

II. A morte decorreu de ferimentos causados por disparos de arma de fogo, efetuados por terceiro, no mesmo momento em que Marcos agiu e sem o conhecimento deste.

III. Mateus faleceu em razão dos ferimentos sofridos, os quais foram agravados por sua condição de hemofílico.

IV. A morte decorreu de uma infecção hospitalar que acometeu Mateus quando do tratamento dos ferimentos causados pelos tiros.

Nessa situação hipotética, conforme a teoria dos antecedentes causais adotada pelo Código Penal, Marcos responderá pela morte de seu desafeto caso se enquadre em uma das hipóteses previstas nos itens *

(1 Ponto)

I e II.

I e III.

III e IV.

II e IV.

11. Desempenhando sua tarefa de vendedor de sapatos, Caio, ao adentrar no depósito da loja para buscar específica numeração de um modelo, deparou-se com um incêndio de grandes proporções. Naquela situação, Caio, com o escopo de salvar sua vida, correu em direção à porta de saída da loja, ocasião em que esbarrou bruscamente em um cliente que estava entrando no local. Desconhecendo o incêndio e achando que estava sofrendo uma agressão, o cliente reagiu empurrando o vendedor, que, por sua vez, deferiu-lhe um soco. O empurrão do cliente, assim como a agressão do vendedor causaram recíprocas lesões corporais de natureza leve. Na hipótese, é CORRETO afirmar. *

(1 Ponto)

que o cliente agiu em legítima defesa putativa e o vendedor, em estado de necessidade.

que o vendedor agiu no exercício legal de um direito e o cliente, em legítima defesa.

que o vendedor agiu em estado de necessidade putativo e o cliente, em legítima defesa.

que o vendedor agiu em legítima defesa putativa e o cliente, em estado de necessidade.

12. O crime culposos é constituído por elementos, dentre os quais NÃO faz parte: *
(1 Ponto)

- A inobservância de um dever objetivo de cuidado.
- O resultado naturalístico involuntário.
- A conduta humana voluntária.
- A imprevisibilidade.

13. Após análise das proposições abaixo, responda:

I – É da competência penal da Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados em

detrimento de bens, serviços ou interesse de empresas públicas federais.

II - É da competência penal da Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.

III - É da competência penal da Justiça Federal processar e julgar os crimes contra a fauna. *

(1 Ponto)

- Todas as assertivas estão corretas.
- apenas as assertivas I e II estão corretas.
- apenas as assertivas I e III estão corretas.
- apenas as assertivas II e III estão corretas.

14. Quanto à ação penal de iniciativa pública condicionada, marque a opção CORRETA: *
(1 Ponto)

- Obsta o início do processo a ausência de representação, mas permite a instauração de inquérito policial, desde que mediante requisição judicial.
- Conta-se, do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, o direito de representação, que deve ser exercido dentro do prazo de seis meses.
- O direito de representação é do ofendido, exceto nos crimes patrimoniais, que passa também ao cônjuge.
- A representação será retratável até a publicação da sentença.

15. No processo penal, a citação: *

(1 Ponto)

- Será pessoal sempre que o réu estiver preso.
- Por edital, suspende o processo e o prazo prescricional no momento da sua publicação no diário oficial.
- Por carta precatória, confere prazo em dobro para a apresentação de resposta escrita à acusação.
- Por hora certa, é exclusiva do processo civil, pois inexistente citação ficta no processo penal brasileiro.

16. Leia as assertivas abaixo e assinale a opção correta:

I. A soberania, princípio fundamental da República Federativa do Brasil, é um elemento constitutivo do Estado, comumente dividida em soberania interna, relacionada ao monopólio do direito e do uso da força no território nacional, e a soberania internacional, ligada à ausência de independência do Brasil com os demais Estados-nações no âmbito internacional.

II. A dignidade humana trata-se de uma regra clara prevista na Constituição, não apenas em seu art. 1º, como também em outros dispositivos esparsos no texto constitucional.

III. Os valores sociais da livre iniciativa são considerados princípios fundamentais da República Federativa do Brasil e fundamentos da ordem econômica.

IV. O pluralismo político, previsto como objetivo da República Federativa do Brasil, impõe a criação de leis que limitem a liberdade de cátedra, como a famosa lei da "Escola sem partido".

*

(1 Ponto)

- Estão corretas as assertivas I, III e IV.
- Todas as assertivas estão incorretas.
- Estão corretas as assertivas II e III.
- Todas as assertivas estão corretas.

17. Acerca da competência da justiça federal, assinale a alternativa incorreta: *
(1 Ponto)

- Compete à Justiça Federal, excluídas as reclamações trabalhistas, processar e julgar os feitos relativos a movimentação do FGTS.
- Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.
- Compete à Justiça Federal processar e julgar reclamação de servidor público relativamente a vantagens trabalhistas anteriores à instituição do regime jurídico único.
- Reconhecida a continência, devem ser reunidas na Justiça Federal as ações civis públicas propostas nesta e na Justiça estadual.

18. Acerca do sistema tributário nacional, assinale a alternativa correta: *
(1 Ponto)

- Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.
- A União, mediante medida provisória, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar quaisquer tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- Compete à União instituir impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

19. Considerando as afirmativas abaixo e a correlação entre elas, assinale a afirmativa correta:

I. O direito à vida, previsto expressamente na Constituição de 1988, pode ser desdobrado em duas dimensões: positiva e negativa.

PORQUE

II. Segundo a dimensão positiva do direito à vida, os indivíduos têm o direito de não serem mortos, já em sua dimensão negativa, aos indivíduos é dado o direito de ter uma vida digna.

*

(1 Ponto)

- Apenas a afirmação I está correta.
- Apenas a afirmação II está correta.
- Ambas as afirmações estão corretas, mas a II não complementa a I.
- Ambas as afirmações estão corretas e a II complementa a I.

20. Enzo da Silva nasceu na Itália enquanto seu pai, brasileiro nato, integrava a comissão da Seleção Brasileira de Handball, durante a Copa do Mundo. Nessa hipótese é correto afirmar que: *

(1 Ponto)

- Enzo tem nacionalidade alemã, por ter nascido na Alemanha.
- Enzo, para ser brasileiro nato, terá que residir no Brasil por um prazo de 15 anos e não ter contra si sentença penal transitada em julgado.
- Enzo detém a nacionalidade de origem brasileira, por seu pai estar à serviço da República Federativa do Brasil no exterior.
- Enzo adquirirá a nacionalidade brasileira nata desde que seja registrado em repartição brasileira competente na Alemanha ou venha a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

21. Quanto aos Poderes Administrativos assinale qual a alternativa correta: *
(1 Ponto)

- Tendo em conta que a atividade na Administração Pública compreende o exercício de um poder concedido pelo Estado ao agente público, que por esta razão possui responsabilidades, pode se afirmar que a aplicação de pena a este agente público, que descumpra dever funcional, representa o exercício do poder hierárquico pelo Estado.
- Diante da discricionariedade da Administração e considerando o poder regulamentar, é válida a edição de ato normativo regulamentar que disponha sobre diretrizes técnicas sobre assunto não previsto em lei.
- Quando o agente público, diante de diversas condutas, escolhe a que julga ser a melhor para um caso concreto, segundo oportunidade e conveniência, se está diante do poder discricionário.
- Está dentro do poder de polícia conferido à Administração Pública a aplicação de multa a empresa prestadora de serviços que possui contrato com a Administração e descumpra cláusula contratuais.

22. Considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I. São bens da União as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e aquelas sob domínio do Estado.
- II. São bens dominicais os edifícios ou terrenos destinados a serviços e ainda os estabelecimentos da Administração Federal.
- III. Os bens pertencentes aos Conselhos Federais de Fiscalização são considerados bens públicos, portanto, insuscetíveis de constrição judicial para pagamentos de dívidas dessas entidades.
- IV. As terras tradicionalmente ocupadas por indígenas são bens de uso comum do povo, imprescritíveis, inalienáveis e indisponíveis, só podendo ter sua destinação alterada por meio de autorização prévia do Congresso Nacional. *

(1 Ponto)

- Estão corretas apenas as assertivas I e III
- Estão corretas apenas as assertivas II e IV
- Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV
- Estão corretas todas as assertivas

23. Quanto a Administração Pública direta e indireta, assinale a alternativa incorreta: *
(1 Ponto)

- Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.
- Os Conselhos de Fiscalização Profissionais possuem natureza jurídica de autarquia, sujeitando-se, portanto, ao regime jurídico de direito público.
- As autarquias possuem autonomia administrativa, financeira e personalidade jurídica própria, distinta da entidade política à qual estão vinculadas, razão pela qual seus dirigentes têm legitimidade passiva para figurar como autoridades coatoras em Mandados de Segurança.
- As agências executivas tem como função precípua exercer a fiscalização, regulação, e normatização da prestação de serviços públicos por particulares, visando assim a garantia dos interesses da coletividade.

24. João da Couves, exercia cargo comissionado no Tribunal de Contas da União, contudo foi exonerado pela autoridade competente que tinha liberdade de dispensá-lo do cargo que ocupava, tendo em vista que se tratava de cargo de livre nomeação e exoneração. A autoridade que o exonerou pretendia nomear pessoa diversa para o cargo ocupado por João da Couves, entretanto, no ato administrativo que o exonerou, constou que havia cometido infração disciplinar. Diante desta situação hipotética, é correto afirmar que: *
(1 Ponto)

- O ato administrativo tinha respaldo legal, não contendo vícios, haja vista que a autoridade competente tinha o poder discricionário de, a qualquer momento, exonerar João da Couves.
- O ato administrativo continha vício em relação ao motivo.
- O ato administrativo de exoneração estava eivado de vício quanto ao sujeito.
- Não houve ilegalidade no ato de exoneração, uma vez que a autoridade competente não estava obrigada a motivar a exoneração, posto se tratar de cargo de livre nomeação e exoneração, não importando os motivos do ato.

25. Considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I. Princípio da eficiência consiste na busca de resultados práticos de produtividade, de economicidade, com a consequente redução de desperdícios do dinheiro público e rendimentos

típicos da iniciativa privada, alcançando sempre a racionalização da máquina administrativa.

II. O princípio da moralidade exige que a Administração Pública e seus agentes atuem sempre em conformidade com princípios éticos aceitáveis socialmente, com observância da boa fé, lealdade e honestidade.

III. O princípio da finalidade alude que a atuação do agente público deve ter sempre a ausência de subjetividade, pelo que fica impedido de considerar quaisquer inclinações e interesses próprios ou de terceiros, visando igualdade de tratamento que a Administração deve aplicar aos administrados.

IV. Pelo princípio da indisponibilidade do interesse público entende-se que as atividades administrativas do Estado, compreendendo os serviços públicos, por serem funções essenciais ou necessárias à coletividade, não pode parar. *

(1 Ponto)

- Estão corretas apenas as assertivas I e II
- Estão corretas apenas as assertivas I, II e III
- Estão corretas apenas as assertivas III e IV
- Estão corretas todas as assertivas

26. Com relação aos direitos da personalidade, assinale a assertiva CORRETA, considerando a legislação civil em vigor e jurisprudência dominante: *

(1 Ponto)

- As pessoas jurídicas gozam da mesma proteção dos direitos da personalidade conferida à pessoa natural.
- É possível dispor, em vida, do próprio corpo, apenas de forma gratuita e desde que a finalidade seja de caráter científico ou altruístico.
- Conquanto haja determinação médica, ainda que haja risco de vida, a pessoa natural pode ser obrigada a submeter-se a tratamento médico ou intervenção cirúrgica, já que para seu bem.
- A proteção ao nome se estende ao pseudônimo, independente da natureza lícita ou ilícita de sua utilização.
- Uma biografia não exige autorização prévia da pessoa biografada para que seja publicada, seja ela uma biografia literária ou audiovisual.

27. Com relação ao tema da capacidade, assinale a assertiva INCORRETA: *
(1 Ponto)

- São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil aqueles que por causa transitória não puderem exprimir a sua vontade.
- O dependente químico é incapaz, relativamente a certos atos da vida civil ou à maneira de os exercer.
- A capacidade dos indígenas é regulada por legislação especial, e não mais pelo Código Civil.
- São capazes os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos que tenham economia própria.

28. Quanto ao tratamento legal dado aos bens pela legislação civil pátria, assinale a alternativa INCORRETA. *
(1 Ponto)

- Um bem de uso especial, uma vez desafetado, poderá ser objeto de alienação, nos termos da legislação em vigor.
- São considerados bens móveis para os efeitos legais as energias que tenham valor econômico.
- Se o uso de um bem móvel importa em destruição imediata de sua própria substância, esse bem é considerado consumível.
- Dos bens públicos, apenas os bens dominicais estão sujeitos a usucapião.

29. A casa de Pedro foi atingida por alagamentos que prejudicaram a estrutura da parede da sala, que precisou ser demolida, para construção de nova parede. As janelas da sala e portas da casa não foram danificadas pela água das enchentes, permitindo a Pedro reaproveitá-las(o que deixou Pedro muito aliviado, eis que foram fabricadas e artisticamente entalhadas por seu falecido pai).

Da análise da situação hipotética narrada acima, podemos afirmar que, considerando a classificação dos bens no direito civil pátrio:

- Os materiais advindos da demolição da parede da sala de Pedro são considerados bens imóveis, eis que decorrentes de um bem imóvel;
- As janelas e portas retiradas da casa de Pedro para posterior reaproveitamento na mesma obra são consideradas bens imóveis;
- As janelas e portas da casa de Pedro são bens fungíveis;
- Ao serem retiradas, as janelas e portas da casa de Pedro passaram a ser bens móveis;
- Os materiais de construção adquiridos por Pedro para reconstruir sua parede da sala são considerados imóveis para os efeitos legais;

Assinalando as assertivas acima como verdadeiras(V) ou falsas(F), a sequência CORRETA será: *

(1 Ponto)

- F-V-F-F-F
- F-V-F-V-V
- V-F-V-V-F
- V-V-F-V-V

30. Sobre os institutos da Prescrição e Decadência no Direito Civil, não é correto afirmar que: *

(1 Ponto)

- Os prazos prescricionais estão previstos em lei, enquanto os prazos decadenciais podem estar previstos em lei ou decorrerem de convenção das partes.
- Todas as hipóteses de ocorrência de prescrição e decadência deverão ser reconhecidas de ofício pelo magistrado, por serem matéria de ordem pública.
- Nem a prescrição nem a decadência correm contra os menores de 16 anos.
- Ações de natureza condenatória estão sujeitas à prescrição, enquanto ações de natureza constitutiva estarão sujeitas à decadência.

31. Sobre o contrato para o direito civil, podemos afirmar:

I. Um acordo de vontade entre as partes destinado a criar, modificar ou extinguir obrigações

II. O negócio jurídico bilateral, ou plurilateral. Depende de mais de uma declaração de vontade, que sujeita as partes à observância de conduta idônea à satisfação dos interesses de que regularam

III. Um tipo de negócio jurídico que pode ser do tipo bilateral ou plurilateral, em que as partes envolvidas registram suas vontades de forma harmônica e estabelecem os meios para que estas sejam por fim alcançadas

IV. Em alguns tipos de contrato, a vontade pode ser restrita, como no caso de cláusulas contratuais em contratos de adesão.

*

(1 Ponto)

- Estão corretas apenas as assertivas I, II e III
- Estão corretas apenas as assertivas I e IV
- Estão corretas apenas as assertivas II e III
- Todas estão corretas

32. Mesmo que haja compatibilidade de horários, a acumulação de cargos públicos NÃO é permitida na hipótese de: *

(1 Ponto)

- dois cargos de odontólogo
- um cargo de professor e outro de Advogado do Estado
- um cargo de médico e outro de professor
- um cargo de professor e outro de diretor de instituição autárquica estadual